



VIOLÊNCIA

MPF defende menina

Ministério Pùblico recomenda que hospital que se recusou a interromper a gestação da criança abusada sexualmente, em Santa Catarina, realize procedimento. Caso repercutiu após uma juíza tentar convencer a vítima a manter a gravidez

» ISABEL DOURADO*

O Ministério Pùblico Federal (MPF) recomendou, ontem, que o Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago — que atendeu a menina de 11 anos vítima de estupro, em Santa Catarina, e que teve o aborto legal negado na justiça — realize o procedimento na criança caso ela, junto com a sua representante legal, procure a unidade e demonstre interesse em interromper a gestação. O hospital, ligado à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), negou a realização do aborto, que é permitido no Brasil quando a gravidez é resultado de estupro.

A criança, ao chegar para o procedimento de interrupção da gestação, estava com 22 semanas, e as normas da unidade determinam a realização do procedimento antes da 20ª. Por esse motivo, foi solicitada uma autorização judicial para realizar a intervenção, o que não ocorreu. A recomendação do MPF, assinada pela promotora Danielle Cardoso Escobar, estende a orientação para que o hospital acolha outros casos semelhantes e que o atendimento deve ser realizado "independente da idade gestacional e peso fetal, sendo desnecessária qualquer autorização judicial ou comunicação policial". A instituição tem prazo até hoje para se manifestar sobre a manifestação da promotora.

Por sua vez, a desembargadora Cláudia Lambert de Faria

autorizou que a menina voltasse para casa, depois de mais de 40 dias em um abrigo por determinação da juíza Joana Ribeiro Zimmer — que ainda tentou convencê-la a manter a gestação. Além disso, a corregedoria do Ministério Pùblico abriu uma investigação para averiguar a conduta da promotora Mirela Dutra Alberton, que pediu que à magistrada que a criança fosse levada para o abrigo supostamente para possibilitar investigar se a menina estava sendo abusada dentro de casa.

Mas a questão do aborto de uma gravidez resultante de violência sexual ainda enfrenta vários tabus, mesmo estando prevista no artigo 128 do Código de Processo Penal (CPP). De acordo com a redação, a interrupção da gestação é considerada legal quando se tratar do efeito de abuso sexual ou puser em risco a saúde da mulher. Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que o aborto também pode ser realizado em caso de fetos anencéfalos.

Despreparo

"A estatística de gravidez por estupro é baixa, não porque não acontece (o crime), mas sim pela vergonha das vítimas. Isso faz com que a subnotificação de casos de gestações por violência sexual gere uma falta de preparação no sistema judiciário ou da equipe de saúde do SUS (Sistema Único de Saúde), que deveria atender as vítimas

Momento difícil para a mulher

O aborto é um direito garantido quando:

- 1 Quando a gravidez é decorrente de estupro, conforme preceita o artigo 128 do Código de Processo Penal. A interrupção da gestação deve ser realizada em até 20 semanas ou 22, caso o feto pese menos de 500 gramas. Esse período de tempo, porém, não está previsto no CPP;
 - 2 Quando a gravidez é considerada de risco para a saúde da mãe, ainda segundo o mesmo artigo 128;
 - 3 Quando se tratar de anencefalia fetal, ou seja, quando não há formação de cérebro do feto — conforme decidido pela ADPF 54, DE 2012;
- Caso o aborto se encaixe nas hipóteses legais, o Estado tem o dever de fornecer o auxílio necessário para amparar as mulheres que legalmente têm direito a interromper a gravidez;
- Documento disponível no site do Ministério da Saúde diz que "não existe aborto 'legal'". Defende que os casos em que há "exclusão de ilicitude" sejam comprovados após "investigação policial".

Para o procedimento ser realizado (na rede pública ou particular de saúde)

- A legislação não determina que se apresente um boletim de ocorrência (BO) relacionada à violência sexual. Mas o médico, para se resguardar, exige que a vítima relate como aconteceu a agressão;
- A vítima (ou sua responsável) assina documentos nos quais se responsabiliza pela interrupção da gravidez. O hospital e o médico têm a obrigação de comunicar o procedimento às autoridades.

de forma adequada e humanizada", salienta a criminalista Hanna Gomes. Não está previsto na legislação um tempo determinado de gestação para que a interrupção da gravidez aconteça.

Já a psicóloga Luciana Qui-

xadá, doutora em educação e professora da Universidade do Ceará (UFCE), criticou o fato de a menina ter sido levada para um abrigo, longe da mãe. Ela lembra que as crianças podem "sofrer outra violência" dentro desse abrigo.

Luciana afirmou que uma maneira de incrementar o apoio às

vítimas de violência sexual são as redes de proteção, dispositivos que funcionam na prevenção por meio da educação de que é inaceitável impor danos físicos e psicológicos às crianças.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

Nacional do Índio (Funai), presidida pelo delegado federal Marcelo Augusto Xavier, foi duramente criticada por desproteger as comunidades. "A atual gestão tem atuado para que a gente não seja exengerado e que nossas ações sejam escondidas. Nos retiraram a maioria das coordenações locais dos setores que defendem o meio ambiente para que não informe sobre o que está acontecendo", explicou Jaborandi Tupinambá, da terra indígena Tupinambá de Olivença (BA).

O presidente do Indigenistas Associados (INA), Fernando Viana, endossou as críticas à Funai e disse que Bruno e Dom foram assassinados devido ao trabalho de combate às atividades ilícitas. "Junto com os crimes ambientais mais costumeiros, como pesca e caça ilícitas, há articulações com forças do crime muito mais complexas, com conexões com o narcotráfico e o comércio de armas", afirmou.

Procurador será preso

O juiz Raphael Ernane Neves, da 1ª Vara Criminal do Foro de Registro (SP), decretou, ontem, a prisão preventiva do procurador Demétrius Oliveira de Macedo, que agrediu a procuradora-geral do município Gabriela Samadello Monteiro de Barros. O caso aconteceu na última segunda-feira, já no final do expediente.

A prefeitura de Registro afastou Demétrius por 30 dias sem recebimento de salário. A Polícia Civil — que já havia colhido depoimento do homem, mas o liberou — abriu um inquérito para investigar o episódio, reunindo fotos e vídeos da agressão.

De acordo com Gabriela, ela decidiu pedir um procedimento administrativo contra Demétrius porque ele vinha agindo agressivamente com colegas de trabalho. A procuradora acredita que foi atacada por causa da apuração interna.

Em outra frente, o ouvidor das Polícias de São Paulo, Elizeu Soares Lopes, requisitou, também ontem, ao delegado-geral de polícia, Osvaldo Nico Gonçalves, a prisão temporária de Demétrius. Citando as "imagens impactantes" das agressões, ele avalia que a medida é "necessária a fim de salvaguardar o direito da vítima".

Após a solicitação do ouvidor, o governador de São Paulo, Rodrigo Garcia (PSDB), comentou o ataque sofrido por Gabriela dentro de uma repartição pública. "Que a Justiça faça a sua parte e puna todo e qualquer covarde que agrida uma mulher", afirmou em seu perfil no Twitter. O Ministério Pùblico de São Paulo (MP-SP) designou dois promotores de Justiça, com atuação em Registro, para acompanhar no caso.

Socos e xingamentos

As agressões de Demétrius contra Gabriela foram registradas em vídeo por uma quarta funcionária da repartição, pois outras duas tentavam impedir que ele espencesse Gabriela. Após derrubar a procuradora-geral, ele dà socos e pontapés na superior hierárquica. Também a chama de "vagabunda" e "puta".

Demétrius só foi contido depois da intervenção de outros funcionários, que ouviram os gritos de socorro. O caso foi registrado como lesão corporal na Delegacia de Defesa da Mulher de Registro.

Em entrevista a uma rede de tevê local, Gabriela disse que as agressões poderiam ter um desfecho pior devido ao descontrole de Demétrius. "Foi exposta a minha dignidade como mulher, fui desrespeitada com servidora pública", afirmou.

Corpos de Bruno e Dom serão entregues às famílias

» FABIO GRECCHI
» TAINÁ ANDRADE

Os corpos de Bruno Araújo Pereira e de Dom Phillips serão entregues, hoje, às famílias, segundo a Polícia Federal. Os despojos do indigenista e do jornalista devem sair do hangar da PF, no aeroporto de Brasília, às 14h.

Segundo o Comitê de Crise criado para investigar o duplo homicídio no Vale do Javari, os exames de DNA foram concluídos e ficou confirmado que os restos mortais analisados pelo Instituto Nacional de Criminologia são de Bruno e Dom. Os corpos foram encontrados depois que Amarildo da Costa Oliveira, o Pelado, levou as equipes de busca ao local onde os havia enterrado. Ele, aliás, diz que apenas teria participado da ocultação dos cadáveres e que Jeferson da Silva Lima, o Pelado da Dinha, fez os disparos que mataram o jornalista e o indigenista.

Em paralelo ao prosseguimento das investigações no Vale do Javari, representantes das comunidades indígenas de todo o país depuseram, ontem, no Senado, na sessão conjunta das comissões de Direitos Humanos e da que foi criada para acompanhar as circunstâncias das investigações do assassinato de Bruno e Dom. Um dos relatos mais aguardados foi o de Eliésio Marubo, o representante da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), região onde ocorreu o duplo homicídio.

Ele afirmou que a diretoria da Univaja está marcada para morrer. O terror contra os líderes da entidade se intensificou a partir do primeiro ano do governo do presidente Jair Bolsonaro (PL), assim como a violência na região. Eliésio ainda pediu à Polícia Federal (PF) uma investigação mais ampla sobre os assassinatos de Dom e Bruno.

Já o líder indígena Eliseu Lopes



Eliésio disse aos senadores que líderes da Univaja estão marcados

Kaiowá, da nação guarani-kaio-wá, disse que a não definição de terras estimula a violência contra as comunidades. "As instituições públicas têm que assumir o papel

de fazer a demarcação para que a violência não se torne normal. São atos sistêmicos, feitos de forma pensada e articulada", disse.

A administração da Fundação

Nacional do Índio (Funai), presidida pelo delegado federal Marcelo Augusto Xavier, foi duramente criticada por desproteger as comunidades. "A atual gestão tem atuado para que a gente não seja exengerado e que nossas ações sejam escondidas. Nos retiraram a maioria das coordenações locais dos setores que defendem o meio ambiente para que não informe sobre o que está acontecendo", explicou Jaborandi Tupinambá, da terra indígena Tupinambá de Olivença (BA).

O presidente do Indigenistas Associados (INA), Fernando Viana, endossou as críticas à Funai e disse que Bruno e Dom foram assassinados devido ao trabalho de combate às atividades ilícitas. "Junto com os crimes ambientais mais costumeiros, como pesca e caça ilícitas, há articulações com forças do crime muito mais complexas, com conexões com o narcotráfico e o comércio de armas", afirmou.

Demétrius só foi contido depois da intervenção de outros funcionários, que ouviram os gritos de socorro. O caso foi registrado como lesão corporal na Delegacia de Defesa da Mulher de Registro.

Em entrevista a uma rede de tevê local, Gabriela disse que as agressões poderiam ter um desfecho pior devido ao descontrole de Demétrius. "Foi exposta a minha dignidade como mulher, fui desrespeitada com servidora pública", afirmou.

CONVITE

Prepare-se para passar um sábado animado com a gente no Residencial Nívio Gonçalves. Além de saborear delícias juninas, você poderá visitar o apartamento modelo e se encantar com a vista mais bonita do Noroeste.

2 de Julho, das 10h às 16h
SQNW 307 | NOROESTE | Projeções I e J

Paulo Octavio

www.paulooctavio.com.br

gabinete